



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18023 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

MULHERES NEGRAS CAMPESINAS: ESTRATÉGIAS E RESISTENCIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO VALE DO JIQUIRIÇÁ-BA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Cristiane Santos Oliveira - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Ana Cristina Nascimento Givigi - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESB

TÍTULO DO ARTIGO: MULHERES NEGRAS CAMPESINAS: ESTRATÉGIAS E RESISTENCIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO VALE DO JIQUIRIÇÁ-BA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as dinâmicas de organização de mulheres negras camponesas no Território do Vale do Jiquiriçá e, direcionando nossos olhares às mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz de Mutuípe-BA, observamos em nossa pesquisa como elas, em diferentes contextos, produzem estratégias de resistências que geram as mudanças nas relações de poder e alteram as condições de opressão nas quais viviam, através das ações de caráter feministas e decolonial sustentadas pelos coletivos que constroem o/no território.

As violências instauradas com a colonização a partir do século XVI sobre os diversos povos africanos, sobretudo atingem as mulheres negras, que são assujeitadas nas piores condições de vida, de trabalho compulsório, de violência sexual e física (CARNEIRO, 2003; hooks, 2020). Conforme Quijano (2005), o colonialismo reconfigura as relações sociais para que, mesmo após os processos de independência dos países, mantenha-se o que ele chama de colonialidade, estruturada por meio de classificações étnico-raciais, de gênero e de classe, a qual estruturalmente hierarquiza a classe trabalhadora e vale-se da intersubjetivação

produzida por anos de dominação. Lugones (2008), por sua vez o critica pela inobservância da centralidade da exploração das mulheres e pelo uso do gênero (junto à raça) para a classificação social e expropriação dos corpos e territórios.

Contemporaneamente, as mulheres, negras e camponesas – descendentes de África e submetidas ao processo de escravização e violência - que no passado tinham outras condições em suas aldeias e em seus territórios, buscam cotidianamente compreender os processos de dominação e, coletivamente, por meio das memórias e legado construídos nas travessias, lutam para viver de seus saberes no campo.

Este artigo encontra relevo nos estudos da educação do campo por colocar em cena atores que, nem sempre são visibilizados, ressaltando do povo negro, as mulheres negras. A escrita é fruto de uma pesquisa que intenciona suscitar as contribuições dos levantes coletivos e cotidianos femininos de mulheres, negras, camponesas, bem como os processos de mobilização e organização de setores populares aos quais pertencem estas agricultoras familiares e demonstrar suas práticas no enfrentamento às formas de poder e dominação sedimentadas no campo e vinculadas ao sistema patriarcal e eurocêntrico que as afetam e estão fortemente enraizadas pelos resquícios do colonialismo no Território de Identidade do Vale Jiquiriçá . Pretendemos mostrar a relevância de analisar como estas estratégias de enfrentamento constituem, dia-a-dia, a compreensão coletiva da importância da organização de mulheres negras no combate às violências vivenciadas no campo, sobretudo, quando estas motivam outras mulheres e isso gera outros coletivos. Assim, essa pesquisa gera também produtos científicos pautados no exercício político do feminismo negro decolonial.

Carneiro (2003) nos diz da longa trajetória de mulheres negras no interior do movimento feminista nacional, no entanto, apesar disso, há insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais, por isso a chamada é de "enegrecer o feminismo", compreendendo a importância das mulheres negras, concomitantemente à luta antirracista.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá de onde falamos e onde pesquisamos (SEI, 2022) é composto por 20 municípios, cada um apresentando suas peculiaridades, no entanto, todos são/estão fortemente marcados pelos resquícios coloniais e pelas violências produzidas pela produção capitalista, especialmente pelo modo de uso e posse da terra. É importante destacar que as mulheres em tela são mulheres negras, pobres e camponesas, que carregam em sua trajetória o entrecruzamento das opressões de gênero, raça, classe e espaço territorial que ocupam. Sueli Carneiro (2011) adverte que não devemos universalizar a categoria mulher, precisamos especificar de qual mulher estamos falando, pois essa categoria não é homogênea.

As questões de gênero, classe e raça tem sido discutidas através da Câmara Técnica do Colegiado Territorial do Vale Jiquiriçá, que é uma instância política que busca desenvolver o Território de Identidade na disputa pela formulação de política públicas, hoje coordenado por uma mulher negra de origem camponesa e constituído por dez câmaras técnicas, dentre estas, a

de mulheres, que é composta por 60 integrantes do gênero feminino, pauperizadas, socialmente organizadas, pertencentes ao Território de Identidade do Vale Jiquiriçá. Elas apresentam múltiplas potencialidades e, mesmo sendo atravessadas cotidianamente pelas opressões e violências no campo, propõem-se a ensinar e aprender no campo, enquanto buscam o auto-sustento e contribuem para refletir como o racismo produz gêneros inferiorizados.

Neste sentido, as organizações sociais lideradas por mulheres buscam por diferentes formas combater o racismo e machismo: constroem rodas de conversas; promovem oficinas e escrita de cartas que resultam na denúncia do racismo cotidiano no campo, assim como do silenciamento vivido por mulheres quando estas questionam a ausência de representação e/ou a violência de gênero no campo; produzem as Feiras Feministas da Agricultura Familiar, que dialogam sobre a divisão sexual do trabalho no campo. Além disso, as parcerias com projetos locais nos têm ajudado a gerar Seminários de Políticas Públicas para as mulheres, levando-as a reconhecer a ausência destas políticas e, de modo igual, o direito a elas, levando-as a acessá-las. Deste modo, estas mulheres, ao se reconhecerem como sujeitos, durante todo o processo de partilha e aprendizado, visionam como é importante, coletivamente, além de plantar na roça, liderar equipamentos produtivos, os quais vem promovendo o seu auto sustento e de suas famílias, também discutir as suas vidas no contexto do campo.

Observa-se que, devido à expansão destes coletivos, vemos também as organizações de mulheres negras camponesas que problematizam muitas questões sobre a formação, sobre as estratégias de luta, sobre a atualidade e constituição do sujeito do campo que tomam corpo no debate da educação do campo. Estes coletivos passam a fazer parte do cotidiano dos espaços formativos, corroboram para projetar, executar e promover atividades que ecoam em manifestações de mulheres sobre seus direitos.

À esteira da ampliação destes coletivos é que nossa pesquisa problematiza como as mulheres do Riacho da Cruz, Mutuípe-BA constituíram a sua Associação e, através dela, constituíram também a possibilidade de auto sustento, mas também o auto reconhecimento como mulheres negras, assujeitadas pela violência machista e racista e, coletivamente, dispostas a criar estratégias que se insurgem à essa condição.

2 DESENVOLVIMENTO

O Território de Identidade do Vale Jiquiriçá é composto geograficamente por 20 municípios, segundo o censo de 2022, habitam neste território 292.944 habitantes, 58% é composto por mulheres. Os dados apontam a existência de 24.114 empreendimentos, conforme o censo de 2022. Desses apenas 6.868 são lideradas por mulheres, os quais 90% encontra-se no campo. Em contrapartida 17.246 são lideradas por homens, o que reforça a desigualdade entre os sexos e exploração e dominação de homens sobre as mulheres

(SAFFIOTI, 2015) na gestão dos empreendimentos.

A Câmara Técnica de Mulheres, uma das dez do Colegiado Territorial (CODETER) Vale do Jiquiriçá, vem convocando os sujeitos, sobretudo, as mulheres negras, camponesas para elaboração de políticas. Por outro lado, as organizações autônomas de mulheres vêm construindo perspectivas de auto-sustento e de socialização de suas experiências. Magdalena Leon (2001) afirma para que o processo de empoderamento ocorra, é necessário que as mulheres reconheçam, primeiro, as forças que lhes oprimem, para somente conscientes disso se mobilizarem, através de ações coletivas para mudar essa realidade. Então, podemos falar do território como dimensão política que se constrói, enquanto buscamos superar e combater as violências e as opressões recorrentes contra os corpos e a vida de mulheres negras do/no campo interligadas no encontro de avenidas identitárias, como afirma Akotirene (2019).

O Município de Mutuípe, pertencente ao Vale do Jiquiriçá na Bahia, segundo os dados do IBGE censo demográfico de 2022, é povoado por vinte mil e trinta e sete habitantes. Destes, 84% são declarados negros e pardos, e, 52% da população é constituída de mulheres. Os dados evidenciam que Mutuípe é um município rural, sendo 51% da população de camponesas/os. Ainda, segundo o censo demográfico (IBGE, 2022) o município de Mutuípe encontra-se no mapa da violência contra a mulher do Estado da Bahia.

Nesse sentido, é importante refletir o gênero como uma categoria de análise que é construída socialmente, culturalmente e historicamente. Ser mulher e ser homem carrega, portanto, uma conotação cultural construída no imaginário social. Essa construção social e cultural reforça historicamente estereótipos de gênero que buscam colocar as mulheres numa condição de inferioridade e de submissão ao homem e é fortalecida pela sociedade patriarcal e machista que vem sendo construída há séculos (SAFFIOTI, 1997).

É a partir deste olhar que visualizamos as mulheres da Comunidade Riacho da Cruz, as interlocutoras deste artigo. Mas, para analisar o cenário destas mulheres camponesas faz-se necessário, antes, contextualizá-las a partir de sua materialidade concreta: a condição de serem também negras (CARNEIRO, 2003). Nesse sentido, a intersecção entre gênero, raça e classe que, por vezes, coloca em relevo uma ou outra dessas condições, funciona como aparato para o reconhecimento das opressões vividas simultaneamente, mas escondidas nas simulações construídas pelo mito da democracia racial (GIVIGI, 2020).

As condições culturais e políticas nos remetem ao atravessamento de distintas opressões que atingem às mulheres de diversas formas. Assim, para entender as relações vivenciadas por mulheres camponesas negras de Riacho da Cruz, precisamos entender as condições em que vivem estas agricultoras familiares. O grupo de mulheres, após anos de convivência em variadas situações que não só as de trabalho na roça – encontros territoriais, feiras, etc, perceberam-se também como vítimas de processos sociais de silenciamento e opressão racista e machista e passaram a denunciar suas condições. Para Carneiro (1994), o binômio racismo/sexismo acirra as exclusões e coloca as mulheres negras na base da

pirâmide social.

É necessário pontuar, inclusive, o fato de que as mulheres negras do Riacho da Cruz organizadas refletem a urgência de uma agenda antirracista no território e debatem os seus direitos junto ao Colegiado e Câmara Técnica de Mulheres no Vale. Juntas puderam perceber as interdições do machismo e do racismo nas suas vidas e no desenvolvimento da Comunidade, pois as hierarquias de gênero estão presentes de modo muito contundente nas relações vividas na agricultura.

Diante disso, quais as estratégias que essas mulheres constroem para resistir e produzir? Elas responderam a essas questões através da abordagem qualitativa e do método (auto)biográfico (REIS,2022) que acionou narrativas sobre suas vidas, sobre o trabalho e sobre as relações as quais vivenciavam. Este método propicia que as histórias sejam contadas e reelaboradas por meio do alcance da memória e construção do ato narrativo.

A pesquisa foi realizada na Associação de Agricultoras de Riacho da Cruz (Mutuípe) onde a farinha de mandioca é beneficiada e elas produzem o sequilho de aipim. Por meio de rodas de conversa as mulheres contaram sobre suas vidas, sobre a diferença de estarem juntas e sobre a percepção do racismo e machismo em suas vidas. Foram realizadas quatro rodas a partir da intervenção de um roteiro e a captação das narrativas por meio de gravação.

Após as rodas de conversa e seleção das narrativas, a pesquisa gerou um curta-metragem que classifica-se como material didático instrucional, e pode ser visto através de um QR Code fixado no produto vendido por elas - sequilhos de aipim. Este material é então fruto da construção narrativa de mulheres negras sobre o reposicionamento existencial delas e sobre a retomada do território como espaço de vida e cultura. Foi produzido no espaço do equipamento produtivo da Associação. As narrativas acessam a possibilidade de novas perspectivas femininas em contraste com a invisibilidade da vida, do trabalho e lutas enfrentadas no campo e produção agrícola.

2.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Os resultados encontrados indicam que o território do Vale do Jiquiriçá é campesino, majoritariamente feminino e que a vida de mulheres pretas no campo é estruturalmente tomada por conflitos enraizados, fortemente mantidos pela cultura machista, onde as práticas produtivas e pedagógicas de mulheres negras constroem resistências, além de produzirem educação libertadora na partilha outras mulheres. Os variados fóruns de discussão construídos no Vale funcionam construtivamente e horizontalmente para construção de caminhos coletivos de empoderamento das mulheres.

Quando falamos de mulheres negras do Vale Jiquiriçá no campo então, tocamos também em estruturas invisíveis de poder e de naturalização da violência contra essas

(nós)que, na modernidade, fomos tratadas como seres desprovidos de humanidade. As narrativas (auto)biográficas revelam histórias de opressão, mas também de reconhecimento existencial e de construção da identidade racial.

As estratégias cotidianas das mulheres, tomadas como “fazeres” diários, mostram a capacidade infra-política do diálogo entre mulheres que revelam as nuances da dominação sobre elas e os meios que elas utilizam para afirmar suas vidas. Além disso, essas estratégias ampliam a autonomia individual e coletiva ao mesmo tempo que garantem a reprodução social da agricultura familiar. Tais caminhos revelam a luta política contra a dominação colonial desvelando a subjetividade ativa das resistências cotidianas frente ao patriarcado (LUGONES, 2014). Com isso as mulheres modificam relações familiares, evidenciando o binarismo de gênero construído pela colonialidade. Modificam assim suas condições de vida, de sua família e da comunidade.

Ao inserir-se em organizações coletivas as mulheres mostram por meio de suas narrativas que vêm a si e a outra e podem elaborar daí um agenda feminista e antirracista. As experiências das mulheres revelam outros modos de inserir-se no mundo, vivenciando relações horizontais. Do mesmo modo, retomam para si o território ao entender o espaço como lugar de relações equânimes e antirracistas. Aprendem e apreendem os modos das feministas negras decoloniais de habitar o mundo. Tais experiências e estratégias de mulheres pretas da roça apresentam-se como uma tomada de consciência de si, pela crítica da realidade concreta, a qual possibilita o conhecimento sobre o modo de viver no campo e a perspectiva de sua transformação.

Portanto, compreendemos que as estratégias de mulheres negras do Território do Vale Jiquiriçá, bem como de Mutuípe da Comunidade do Riacho da Cruz caracterizam-se como produção de conhecimento para a Educação do Campo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Jiquiriçá carrega marcadamente lugar de acordos políticos conservadores e ancorados por práticas autoritárias, de cunho patriarcal e clientelista. As heranças da escravização, da cristianização e do colonialismo nos legaram um modelo de exercício de poder centrado na figura masculina – no masculino hegemônico – e na supremacia racial branca. Nessa égide, a raça e o gênero reúnem o que é vulnerável e excluído, mas também o que é capaz de desacomodar lugares tradicionais de poder, de mando e de exploração, uma vez que movimentam uma cadeia hierárquica de sujeitos localizadas na base da pirâmide social.

Contudo, em resposta a esse sistema de dominação patriarcal, colonial e capitalista, as mulheres organizam-se e se articulam na denúncia a toda e qualquer forma de opressão. Desse modo, coloca-se em evidência a problematização e a responsabilização do cuidado com a

terra e da defesa da natureza, bem como a luta pela equidade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho.

Conclui ao analisar que, se a educação do campo foi gerada pelo conjunto das experiências de camponeses/as, especialmente pelo movimento social que questiona o latifúndio e pela defesa da reforma agrária, também pode esse campo do saber acionar o lugar da raça e do gênero na produção de seu saber. Se o campo é entendido como espaço vivido, o da roça, que oferece visibilidade às diferentes vozes e experiências, deve possibilitar a criação de pedagogias que impactarão na vida de mulheres e grupos no Vale do Jiquiriçá. Para isso é imprescindível que a educação do campo ouça as mulheres negras e com elas aprenda. Como afirma hooks (2013, p.51) “A educação é um ato político” e de resistência que precisa do conhecimento crítico, e, nesse horizonte, as estratégias educativas adotadas de combate à violência interseccional no campo tem projetado uma transformação societária.

4.REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **INTERSECCIONALIDADE**. São Paulo: Polén, 2019.

ALBA. Plano plurianual 2008-2011. ALBA, 2007. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/4738> Acesso em: 26 ago. 2024

BAHIA. **SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**. SAEB, Territorial da Bahia Rural. Salvador, SEI, 2024. Disponível em <https://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/faq/processos-finalisticos>. Aceso em 09 de ago. 2024

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **GELEDÉS**, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero> Acesso em: 24 de ago. 2024.

CARNEIRO, Suely. **RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. Mulheres do candomblé e suas lutas ontológicas: Caxuté, um terreiro camponês e a educação. **EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA**, v. 17, p. 450-470, 2020. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7> Acesso em: 26 ago. 2024.

HOOKS, Bell. **E EU NÃO SOU UMA MULHER?** Mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **ENSINANDO A TRANSGREDIR: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. Censo Brasileiro de 2010. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 26 ago. 2024.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género. **LA VENTANA**, vol. 2, n. 13, 2001. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5202169> Acesso em: 26 ago. 2024.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **TABULA RASA**, n. 9, jul/dez, Bogotá, Colombia, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

Acesso em: 26 ago. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 27 ago. 2024.

QUIJANO, Anibal. **COLONIALIDAD DEL PODER, EUROCENTRISMO Y AMÉRICA LATINA**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REIS, Maíra Lopes. “**A UNIVERSIDADE NÃO É UM ESPAÇO FEITO PARA GENTE, MAS A GENTE ESTÁ OCUPANDO**”: Mulheres camponesas na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. 234f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **GÊNERO PATRIARCADO VIOLÊNCIA**. São Paulo: Fundação Perseu, 2015.